



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA FACULDADE UNB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
(PPG-MADER)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

DANIELLE DA COSTA SILVA CARVALHO
GICÉLIA OLIVEIRA SANTOS

**O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DAS ESCOLAS DO CAMPO**

BRASÍLIA-DF

2023

DANIELLE DA COSTA SILVA CARVALHO

GICÉLIA OLIVEIRA SANTOS

**O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DAS ESCOLAS DO CAMPO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Educação do Campo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação do Campo.

Orientadores: Kaled Sulaiman Khidir;
Rogério Ferreira;
Rogério Ribeiro Coelho.

BRASÍLIA-DF

2023

RESUMO

Tendo em vista que o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo é uma ferramenta que permite compreender e valorizar as particularidades e potencialidades das Escolas do Campo, o presente estudo tem como objetivo incentivar a construção do Inventário nas Escolas do Campo do Distrito Federal. Além disso, a pesquisa pretendeu mostrar como aconteceu o processo inicial de construção do Inventário de duas Escolas do Campo da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, Distrito Federal: Escola Classe Córrego das Corujas e Escola Classe Lajes da Jibóia; considerando as diferenças e o necessário diálogo entre o Inventário e o Projeto Político-Pedagógico no âmbito escolar e da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), com base nas matrizes formadoras da Educação do Campo, a organização coletiva e o seu papel educativo na comunidade escolar, o que reforça o Inventário como fruto de um trabalho dinâmico. Nesse sentido, a pesquisa pretende contribuir não apenas para a construção do Inventário, mas para o firmamento da própria identidade das Escolas do Campo. Para abrir as trilhas do conhecimento, considerando os aspectos qualitativos, a metodologia utilizada se deu por meio dos seguintes instrumentos e procedimentos: observação da realidade de cada escola estudada; pesquisa bibliográfica; pesquisa de campo; entrevista com as equipes gestoras das escolas mencionadas e a análise documental do Inventário e dos Projetos Políticos-Pedagógicos. Por fim, se fez necessário conhecer a realidade das unidades de ensino em estudo e estabelecer diálogo com a comunidade escolar para averiguar questões referentes ao processo de formação e história das instituições de ensino e, a partir disso, entender como foi feita a construção desse inventário e como essa construção interferiu na elaboração de um Projeto Político-Pedagógico efetivo para a condução da vida escolar dessas instituições, além de poder inspirar e servir de referência para a construção do Inventário de outras instituições de ensino. Diante disso, foi possível concluir que o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental é fundamental para a construção da identidade das Escolas do Campo.

Palavras-chave: Inventário. Projeto Político-Pedagógico. Construção coletiva. Identidade. Escola do Campo.

ABSTRACT

Bearing in mind that the Social, Historical, Cultural and Environmental Inventory of Rural Schools is a tool that allows understanding and valuing the particularities and potential of Rural Schools, the present study aims to encourage the construction of the Inventory in Rural Schools Federal District. In addition, the research intended to show how the initial process of building the Inventory of two Rural Schools of the Regional Teaching Coordination of Ceilândia, Federal District took place: Escola Classe Córrego das Corujas and Escola Classe Lajes da Jibóia; considering the differences and the necessary dialogue between the Inventory and the Political-Pedagogical Project in the school environment and the State Department of Education of the Federal District (SEEDF), based on the formative matrices of Rural Education, the collective organization and its role education in the school community, which reinforces the Inventory as the result of dynamic work. In this sense, the research intends to contribute not only to the construction of the Inventory, but to the establishment of the very identity of the Rural Schools. To open the paths of knowledge, considering the qualitative aspects, the methodology used was through the following instruments and procedures: observation of the reality of each school studied; bibliographic research; field research; interview with the management teams of the mentioned schools and the document analysis of the Inventory and the Political-Pedagogical Projects. Finally, it was necessary to know the reality of the teaching units under study and establish a dialogue with the school community to investigate issues related to the formation process and history of educational institutions and, from this, understand how this inventory was built. and how this construction interfered in the elaboration of an effective Political-Pedagogical Project for conducting the school life of these institutions, in addition to being able to inspire and serve as a reference for the construction of the Inventory of other educational institutions. In view of this, it was possible to conclude that the Social, Historical, Cultural and Environmental Inventory is fundamental for the construction of the identity of the Rural Schools.

Keywords: Inventory. Political-Pedagogical Project. Collective construction. Identity. Field School.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal;

DF - Distrito Federal;

EAPE - Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação;

FECAMPO - Fórum Permanente de Educação do Campo;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

PDE - Plano Distrital de Educação;

PDOT - Plano Diretor de Ordenamento Territorial;

PNE - Plano Nacional de Educação;

PROEITI - Programa de Educação Integral em Tempo Integral;

PPP - Projeto Político-Pedagógico;

RA - Região Administrativa;

SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal; UNIEB - Unidade de Educação Básica.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 EDUCAÇÃO DO CAMPO	8
2.1 Concepções iniciais	8
2.2 A Educação do Campo no Distrito Federal	10
3 O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO	13
3.1 O Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo e o Projeto Político-Pedagógico imbricados	17
4 CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO: PRIMEIROS PASSOS	19
4.1 Primeiros passos da construção do Inventário da Escola Classe Lajes da Jibóia	22
4.2 Construção do Inventário da Escola Classe Córrego das Corujas	23
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1 INTRODUÇÃO

O Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo está alinhado com os princípios da Educação do Campo, pois fornece subsídios para o planejamento de ações educativas mais adequadas e alinhadas com as necessidades e interesses da comunidade camponesa. Com isso, este estudo visa incentivar a construção do Inventário e valorização do espaço escolar para efetivação dessa proposta, a fim de esclarecer a importância do Inventário como instrumento de construção da identidade das Escolas do Campo e a necessidade desta ferramenta estar articulada ao Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino.

No que se refere à organização do trabalho pedagógico das unidades de ensino da Secretaria de Educação do Distrito Federal, deve-se levar em consideração alguns elementos integrantes, como a Gestão Democrática, Formação Continuada, Coordenação Pedagógica, a Avaliação Formativa e, no caso da Educação do Campo, deve também ser considerado o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo, cujos resultados representam as bases sobre as quais serão erguidos os pilares que sustentam a proposta político-pedagógica da instituição de ensino. Esses elementos da organização do trabalho pedagógico estão justapostos, um alimenta o outro. Sendo assim, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Inventário deverão refletir esse planejamento e servirão de guia para que a gestão seja realizada de acordo com as reflexões e proposições do coletivo, pois ambos fornecem subsídios para o planejamento de ações educativas mais adequadas e alinhadas com as necessidades e interesses da comunidade campesina.

A proposta deste estudo se deu a partir das experiências das autoras nas escolas analisadas, tendo em vista que Danielle Carvalho trabalhou na Escola Classe Córrego das Corujas de 2018 a 2021; Gicélia Santos atuou na Escola Classe Lajes da Jiboia de 2014 a 2019 e 2021; na Escola Classe Córrego das Corujas em 2020, 2022 e se encontra lotada atualmente.

Diante das observações e pesquisas, surgiu entre as autoras o seguinte questionamento: Qual a importância do Inventário para a construção da identidade das Escolas do Campo?

Para responder a esta questão, o percurso metodológico se deu por meio de

pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, entrevista e análise do Inventário e Projeto Político-Pedagógico das Escolas do Campo de Ceilândia, Distrito Federal, levando em consideração uma abordagem qualitativa.

Além desta Introdução e das Considerações Finais, o trabalho foi organizado em três partes. A primeira parte foi dedicada a concepções iniciais de Educação do Campo e o percurso da Educação do Campo no Distrito Federal até os dias atuais. Na segunda parte, foram realizadas análises sobre a importância do Inventário para a construção da identidade das Escolas do Campo, além de enfatizar a necessidade do Inventário e o Projeto Político-Pedagógico estarem interligados. A terceira parte foi dedicada aos primeiros passos para realizar a construção do inventário, com propostas e sugestões de algumas atividades/etapas e relatos de como se deu o processo inicial da construção do inventário das escolas pesquisadas.

Por fim, através desse estudo, é possível oferecer subsídios e embasamento para que as escolas compreendam a relevância e os benefícios do Inventário, além de proporcionar um processo mais estruturado e efetivo para a sua realização.

2 EDUCAÇÃO DO CAMPO

2.1 Concepções iniciais

A Educação, que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos, é reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais. Entretanto, o reconhecimento de que as pessoas que vivem no campo têm direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades é recente e inovador.

Para compreender a origem do conceito, é necessário ressaltar que a Educação do Campo nasceu das demandas do campo, como crítica à realidade da educação brasileira, principalmente à educação destinada aos povos camponeses.

A concepção de Educação do Campo visa atender às especificidades dos povos do campo e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir das comunidades camponesas: agricultores, criadores, extrativistas, pescadores, ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, entre outros, se contrapondo à expressão Escola Rural, onde o campo era visto como lugar de atraso.

Segundo Caldart (2012), a expressão Educação do Campo surgiu inicialmente como *Educação Básica do Campo* durante a preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás, em julho de 1998. Nesse evento, foram discutidas questões relacionadas à educação nas áreas rurais e a necessidade de uma abordagem específica que considerasse as particularidades e desafios enfrentados pelas populações camponesas.

Posteriormente, após discussões realizadas no Seminário Nacional, ocorrido em Brasília, de 26 a 29 de novembro de 2002, e com decisão ratificada nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004, a nomenclatura foi alterada para *Educação do Campo*. Essa mudança teve como objetivo ampliar o conceito da educação voltada para o meio rural, englobando não apenas o aspecto básico, mas também abarcando os processos sociais e de formação das pessoas, garantindo o direito à educação para as populações que vivem e trabalham no campo. Desde então, a expressão Educação do Campo tem sido utilizada para designar a abordagem educacional direcionada às áreas rurais, reconhecendo suas especificidades e buscando promover uma educação mais contextualizada, inclusiva

e comprometida com as realidades do campo.

Diante disso, a Educação do Campo é fundamentada na valorização dos saberes locais e práticas culturais dos povos do campo, respeitando a identidade e a autonomia das comunidades rurais. Ela busca promover uma educação que esteja alinhada com as necessidades e realidades dos estudantes que vivem em áreas rurais e agrícolas. Os movimentos camponeses desempenham um papel central na construção dessa abordagem, direcionando seus esforços para a autonomia e o fortalecimento das comunidades.

Em contraste, a Educação Rural, sob a influência do paradigma do capitalismo agrário, muitas vezes enfatiza modelos educacionais padronizados e desvinculados das particularidades das comunidades rurais. Essa abordagem pode priorizar os interesses econômicos e comerciais do agronegócio em detrimento das necessidades locais. Nesse contexto, os camponeses são tratados como mão de obra ou consumidores, sem que tenham voz ativa no processo educacional.

Portanto, as diferenças entre Educação do Campo e Educação Rural estão relacionadas à abordagem educacional e aos conceitos subjacentes a cada uma delas. Enquanto a Educação Rural pode adotar currículos e práticas pedagógicas similares aos das escolas urbanas, sem levar em conta as especificidades e demandas do meio rural, a Educação do Campo busca contextualizar o currículo e as práticas pedagógicas de forma a refletir as realidades e necessidades locais. Isso inclui relacionar os conteúdos curriculares com o cotidiano, o meio ambiente, as atividades produtivas e as culturas das comunidades do campo, tendo um compromisso explícito com a transformação social e a promoção da cidadania ativa, buscando formar cidadãos críticos, conscientes de sua realidade e capazes de intervir positivamente na sociedade.

Para enfatizar essas ideias tão distintas, Fernandes (2005) afirma que:

A Educação do Campo vem sendo construída pelos movimentos camponeses a partir do princípio da autonomia dos territórios materiais e imateriais. A Educação Rural vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital (FERNANDES, 2005, p. 9).

Em resumo, as principais diferenças entre Educação Rural e Educação do Campo estão no foco e nas abordagens adotadas. A Educação do Campo é uma

concepção mais específica, que valoriza as particularidades e a diversidade das comunidades rurais, buscando uma educação comprometida com a transformação social no campo.

Desta forma, um dos principais desafios da Educação do Campo é garantir que os camponeses tenham assegurado o direito de uma educação no e *do* campo. Ou seja, os trabalhadores necessitam ter acesso à uma educação feita *por eles e com eles*, com escolas próximas do lugar onde vivem, com a participação ativa no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico, que deve acontecer a partir de suas necessidades, sua cultura e história. Entretanto, ainda hoje, boa parte da população camponesa não tem garantido o direito de acesso à Educação Básica, tão pouco ao ensino superior. Segundo Fernandes (2004), o território do campo não pode ser visto somente como um espaço de produção agrícola, o campo deve ser:

[...] lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é o espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (FERNANDES 2004, p. 137).

Em suma, o Inventário desempenha um papel essencial na promoção e fortalecimento da Educação do Campo, pois ajuda a produzir novos olhares para o campo, que também é lugar de produção de vida e de novas relações, seja no âmbito social, com a natureza ou nas relações entre o rural e o urbano, afim de valorizar o território e de buscar alternativas para melhorar as condições de vida e trabalho no campo.

1.1 A Educação do Campo no Distrito Federal

De acordo com Ribeiro (2018), a Educação do Campo foi reconhecida oficialmente, na Rede Pública do Distrito Federal, por meio da criação do Núcleo de Educação do Campo, em 13 de dezembro de 2011, que, juntamente com os Núcleos de Educação em Diversidade Étnico-Racial, Educação em Gênero e Sexualidade e Projetos Especiais, constituíam a, então, Coordenação de Educação em Diversidade.

Antes da institucionalização da Coordenação de Educação em Diversidade e do seu Núcleo de Educação do Campo, as escolas ainda identificadas como “rurais” eram marcadas pela invisibilidade, tendo, muitas vezes, somente as experiências dos

gestores e professores como referência formativa que, por sua vez, não tinham uma formação específica, “impondo” assim, uma metodologia idêntica às utilizadas nas escolas urbanas.

Em meados de agosto de 2012, ao chegarem ao Núcleo de Educação do Campo, as professoras Anna Izabel Costa Barbosa e Deborah Moema Campos Ribeiro, encontraram um espaço repleto de desconhecimento da realidade e de imensos desafios. Naquele cenário, 75 escolas “rurais” integravam a rede pública de ensino do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2012, *apud* RIBEIRO, 2018).

Diante desses desafios, de meados de agosto a dezembro de 2012, as duas professoras, Anna Izabel e Deborah Moema, percorreram cada uma das escolas do campo do DF, para ouvir e conhecer melhor os espaços físicos, os profissionais que atuavam naquelas escolas, a situação socioeconômica e cultural (dentre outras informações importantes) de cada comunidade escolar.

A metodologia utilizada para a coleta de dados e informações considerou os seguintes procedimentos e instrumentos: visita às 75 escolas do campo (à época) e às demais escolas que, de uma ou outra forma, se relacionassem com essa modalidade de ensino; observação da realidade em que as escolas estão inseridas; entrevista com as equipes gestoras das escolas; aplicação de questionário; registro por meio de fotografias e vídeos; observação da realidade de cada escola; e entrevistas com as lideranças locais (RIBEIRO, 2018, p.177).

Após o diagnóstico dessas realidades, foi possível dar os primeiros passos no sentido de construir, coletivamente, políticas públicas de Educação do Campo para o Distrito Federal e, no ano seguinte, em 2013, houve duas grandes ações formativas, em consonância com os princípios da Educação do Campo e conforme os marcos legais e normativos que orientam a Educação do Campo no Brasil: o *Projeto Piloto de Educação do Campo*, que aconteceu em quatro escolas do campo de assentamentos da reforma agrária ou comunidades de agricultura familiar que desenvolviam produção agroecológica e dialogavam com a Educação do Campo e o *Circuito Pedagógico*, que visava debater temáticas relacionadas à inserção da Educação do Campo no Currículo da Educação Básica do DF.

Diante das análises e dos planos de ação da Educação do Campo, realizados no período de 2012 a 2014, foi possível perceber que seria necessário um amplo processo formativo em que abrangesse não somente os gestores e professores, mas que envolvesse todos os profissionais que atuavam nas escolas do campo. A partir

daí, foram desenvolvidas ações que proporcionam, além da necessária reestruturação do espaço físico, o conhecimento referente aos princípios e às matrizes da Educação do Campo, para auxiliar as escolas no processo de reorganização do trabalho pedagógico e da elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

Nesse processo, em busca da Construção da Identidade das Escolas do Campo do Distrito Federal, o Plano Distrital de Educação (PDE), primeiro da história do Distrito Federal, foi sancionado em 2015, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias a serem cumpridas até o ano de 2024, visando melhoria na qualidade de ensino, valorização dos profissionais da educação e equidade entre escolas públicas e particulares. O PDE foi elaborado depois de dois anos de discussões com representantes da educação, da sociedade civil e do poder público, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), com duração decenal, no período de 2000 a 2024. Dentre as 21 metas indicadas no documento, a meta 8 estabelece 42 estratégias com o objetivo de garantir uma Educação do Campo de qualidade e inclusiva, com adequações a fim de:

Universalizar a oferta da educação básica do campo, respeitando as peculiaridades de cada região administrativa, com infraestrutura apropriada, estimulando a prática agrícola e tecnológica com base na agroecologia e socioeconômica solidária¹ (DISTRITO FEDERAL, 2015, p. 30).

Ainda no que se refere à elaboração de documentos normativos, outros marcos importantes contribuíram para a construção de políticas públicas para a Educação do Campo no Distrito Federal, como a elaboração do texto do Caderno *Pressupostos Teóricos* do Currículo em Movimento da Educação Básica do Campo e a inclusão da modalidade de ensino Educação do Campo no Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além da formação continuada, realizada pela EAPE, destinada a gestores, coordenadores intermediários (UNIEB), professores e profissionais da educação em geral. Foi elaborado também, nesse período, a Proposta Didática de Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo pelas unidades de ensino do campo da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Pensando na importância da formação adequada para os profissionais da educação que atuavam em escolas do campo do Distrito Federal, foi criado um projeto

¹ PDE, meta 8 – estratégia 8.8.

piloto de construção do Inventário, realizado em 2017, na Escola Classe Lajes da Jiboia de Ceilândia, em parceria com a EAPE, ministrado pela formadora Anna Izabel e acompanhado, pela também formadora da EAPE, Ana Carolina Seixas, com o objetivo de acompanhar as ações pedagógicas realizadas nas escolas, por meio da formação em Educação do Campo. No ano seguinte, a formação continuou na própria escola, mas desta vez tinha a coordenadora local, Gicélia Oliveira Santos, como formadora.

Dando continuidade aos avanços e às conquistas no que se refere a políticas públicas, foi criado o Projeto Dia do Campo, que deveria ser realizado em todas as Coordenações Regionais de Ensino que possuíam unidades de ensino do campo, com o objetivo de promover encontros pedagógicos, trocas de saberes, de projetos e experiências desenvolvidos a partir dos princípios e matrizes da Educação do Campo. Apesar de ter sido instituída a data de 17 de abril como o Dia do Campo no Distrito Federal, por meio da portaria nº 419 de 2018, somente em 2023 houve a inserção no calendário escolar da SEEDF. Esta data foi escolhida em alusão ao massacre dos trabalhadores Sem Terra de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996.

Diante da necessidade de políticas públicas específicas e adequadas às populações camponesas, por meio da portaria nº 224, de 1º de julho de 2019, foram estabelecidas as *Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*, tendo como objetivo orientar e normatizar as práticas pedagógicas das escolas do campo do Distrito Federal.

Atualmente, a Educação do Campo é uma modalidade de ensino da Educação Básica, vinculada à Gerência de Educação do Campo (GCAM), ofertada em 80 unidades de ensino de dez Coordenações Regionais de Ensino (CRE) e atende cerca de 24.458 estudantes².

3 O INVENTÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA ESCOLA DO CAMPO

A caracterização da unidade de ensino como Escola do Campo deve ser refletida no Inventário, o qual necessita estar alinhado com o Projeto Político-Pedagógico da instituição, pois tais documentos são essenciais para possibilitar a

² Informações atualizadas em: 27/04/2023. Retiradas do site da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

efetivação das políticas públicas de Educação do Campo.

Antes da publicação da portaria nº 410/2018 - SEEDF, de 21 de dezembro de 2018, a identificação como Escola do Campo era definida de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Fundação de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN)³, que levava em consideração a questão territorial. Ou seja, escolas localizadas na área rural e as situadas em área urbana, mas que atendessem, predominantemente, a população camponesa. Entretanto, com a publicação dessa portaria, os aspectos pedagógicos e sociais adquiriram primazia em relação aos aspectos territoriais, representados por meio do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) desde que representados por meio do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental.

A construção do inventário perpassa por diversos campos investigativos incluindo a historicidade sobre a vida da comunidade e seus principais atores “os estudantes”, litiga levantamento de informações da história do território onde a escola está inserida, estudos e debates sobre os referenciais teóricos da Educação do Campo; planejamento coletivo, interdisciplinar e registro *in loco* das atividades planejadas, de onde se retira as análises e métodos para a construção e publicação do documento.

[...] a identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País (BRASIL, 2002, p. 1, apud SOUZA, 2018, p. 152).

O Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo é um instrumento investigativo que visa colher informações sobre os aspectos materiais e imateriais de uma determinada realidade, por meio do levantamento e registro sistematizados de informações sobre a escola e seu entorno. Esse documento propõe que a escola investigue sobre a comunidade, busque informações que lhe permita, junto aos estudantes, construir conhecimento que não se encerra em si mesmo, mas que seja o ponto de partida para o grande desafio de conectar a escola com a vida e dar

³ Atual Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN).

sentido ao conhecimento escolar.

De acordo com o *Currículo em Movimento do Distrito Federal*, as unidades de ensino devem:

[...] realizar um conjunto de inventários sobre a realidade atual, com o objetivo de identificar as fontes educativas do meio. Como a vida não é a mesma em todo lugar, os inventários precisam ser elaborados por cada escola, convertendo-a, assim, “em uma pequena instituição que pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno, sua realidade atual, apropriando-se, portanto, de sua materialidade, da vida, da prática social” (FREITAS, 2010 *apud* DISTRITO FEDERAL, 2014, p. 49, grifos do autor).

O objetivo da construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo é multifacetado e abrange diversas finalidades importantes para o desenvolvimento educacional e social dessas comunidades rurais. Algumas das principais finalidades que, nós autoras destacamos, com base nas pesquisas realizadas, são:

- I. *Valorização da identidade local*: ao realizar o inventário, a escola do campo busca conhecer e valorizar sua identidade, destacando suas características únicas e particularidades culturais. Isso fortalece a autoestima dos estudantes, educadores e comunidade, criando um senso de pertencimento e valorização do próprio local.
- II. *Contextualização do currículo*: o inventário fornece informações detalhadas sobre a realidade local, incluindo questões sociais, culturais, históricas e ambientais. Esses dados permitem aos educadores contextualizarem o currículo escolar, tornando-o mais relevante para a vida dos estudantes e conectado com suas experiências cotidianas.
- III. *Promoção da sustentabilidade ambiental*: a dimensão ambiental do inventário ajuda a identificar os recursos naturais da região e as práticas de conservação existentes. Com base nesses dados, a escola pode desenvolver ações educacionais voltadas para a sustentabilidade e o respeito ao meio ambiente, conscientizando os estudantes sobre a importância da preservação da natureza.
- IV. *Resgate e preservação da cultura local*: o inventário cultural permite

identificar e documentar as expressões culturais e tradições presentes na comunidade do campo. Isso ajuda a preservar e valorizar o patrimônio cultural local, evitando que conhecimentos e práticas tradicionais se percam ao longo do tempo.

- V. *Planejamento educacional participativo*: ao envolver a comunidade escolar na construção do inventário, o processo se torna participativo e inclusivo. A participação dos estudantes, educadores, pais e membros da comunidade no levantamento das informações contribui para um planejamento educacional mais democrático e alinhado com as reais necessidades e desejos da comunidade.
- VI. *Base para políticas públicas*: o inventário pode servir como base de dados para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas para a educação no campo. As informações coletadas podem evidenciar desafios e demandas específicas das escolas rurais, direcionando investimentos e ações governamentais para essas áreas.

Em suma, o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo é uma ferramenta poderosa para promover uma educação mais significativa, contextualizada e comprometida com as particularidades das comunidades rurais. Ele contribui para a valorização da identidade local, o respeito à diversidade cultural, a preservação do meio ambiente e a promoção de uma educação mais inclusiva e participativa.

Ao realizar um inventário, a escola pode mapear e documentar aspectos relevantes, como:

- *Recursos naturais e ambientais*: o inventário pode abordar as características geográficas e ambientais da região onde a escola está localizada, destacando sua relação com a natureza e a importância do meio ambiente na vida e aprendizagem dos estudantes.
- *Patrimônio cultural*: a escola pode identificar e documentar o patrimônio cultural presente na comunidade do campo, como festas, músicas, danças, artesanato, culinária tradicional, lendas e histórias locais. Esse patrimônio pode ser incorporado ao currículo escolar, fortalecendo a identidade cultural dos estudantes.

- *Infraestrutura e recursos pedagógicos*: o inventário pode incluir informações sobre as instalações físicas da escola, como salas de aula, bibliotecas, laboratórios, espaços de convivência e áreas para atividades ao ar livre. Além disso, pode-se mapear os recursos pedagógicos disponíveis, como livros, materiais didáticos, equipamentos audiovisuais e tecnologias educacionais.
- *Relações com a comunidade*: é importante considerar as relações estabelecidas entre a escola do campo e a comunidade local. O inventário pode registrar parcerias, projetos de extensão, programas de educação ambiental, ações de promoção da saúde e outras atividades que envolvam a participação ativa da comunidade.
- *Práticas pedagógicas*: o inventário pode incluir informações sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola do campo, valorizando abordagens educativas específicas, como a pedagogia da alternância, o trabalho com projetos, a integração entre teoria e prática, entre outros.

Diante de sua importância e de suas características, a construção do inventário deve acontecer de forma coletiva, buscando instrumentos para análise crítica da realidade campesina, onde a escola se constitui naturalmente em um ambiente coletivo e construtor de novas realidades, por meio da busca pelo conhecimento da realidade local, que pode ser construído a partir de um elo entre todos os que compõem o ambiente escolar e a comunidade, exercendo acolhimento, pertencimento e transformação.

3.1 O Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo eo Projeto Político-Pedagógico imbricados

O processo de construção do Inventário, assim como do Projeto Político-Pedagógico (PPP), deve ser realizado coletivamente, como uma tarefa da comunidade e não somente pela escola. É fundamental a garantia da participação e o protagonismo dos estudantes, que a escola reconheça sua identidade camponesa e que esse reconhecimento reflita no Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino.

De acordo com Souza (2018), deve existir um diálogo para compreensão de

ambos: Inventário Social, Histórico, Cultural Ambiental e o PPP nas escolas do campo, como fundamento para a construção e organização do trabalho pedagógico, embora ainda haja dúvidas em relação a construção imbricada destes dois documentos. Souza (2018) estabelece essa relação e a importância primordial para uma construção sólida, planejamento, gestão e conhecimento embasado em contextos sociais e históricos relevantes para a realidade da comunidade escolar campesina.

Projeto Político-Pedagógico é um dos principais documentos para o planejamento e gestão do trabalho pedagógico, por ser o documento que expressa a realidade da comunidade escolar e orienta as práticas pedagógicas e administrativas da escola, em sintonia com o marco normativo educacional. Da mesma forma, o Inventário Social, Histórico e Cultural constitui-se em ferramenta (CALDART, 2016) para levantamento e registro organizado de aspectos materiais e imateriais de uma determinada realidade e, ao mesmo tempo, uma proposta pedagógica (DISTRITO FEDERAL, 2016) fundamental no reconhecimento dos elementos indispensáveis para a construção da identidade da unidade escolar, em especial a Escola do Campo, portanto, constituindo-se também em instrumento essencial para a organização do trabalho pedagógico (*apud* SOUZA, 2018, p. 152).

O Projeto Político-Pedagógico corresponde às orientações pedagógicas e administrativas das escolas, já o Inventário aproxima a escola da comunidade, da historicidade e da realidade do dia a dia no contexto escolar, deve aprofundar os conhecimentos acerca do local e da comunidade onde a escola está inserida. O Inventário deve corresponder às características da comunidade atendida pela escola baseado em pesquisa de campo, apropriação da história local, planejamento, registro, sistematização e análise dos dados apurados, organizando-se em etapas de pesquisas na descrição cultural da comunidade do campo da escola; O PPP deve expressar que a escola se configura como escola do campo e que, portanto, encontra-se regida pelos marcos normativos da Educação do Campo, em documentos formais construídos historicamente nas esferas nacional e local. Desse modo, pode-se estabelecer que a construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental e o Projeto Político-Pedagógico relacionam-se de forma basilar para a construção da identidade da escola e a organização do trabalho pedagógico e administrativo de uma escola do campo na rede pública de ensino do Distrito Federal, que devem retratar a realidade das escolas, ambos se complementando e se mostrando essenciais para os trabalhos diários desenvolvidos pela comunidade escolar.

4 CONSTRUÇÃO DO INVENTÁRIO: PRIMEIROS PASSOS

A construção do Inventário deve ser um processo contínuo e participativo, envolvendo toda a comunidade escolar. Os resultados obtidos podem ser utilizados como subsídios para o desenvolvimento de projetos educacionais significativos e contextualizados com a realidade do campo. Existem alguns documentos norteadores e orientadores no que se refere à construção do Inventário Social, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo. Dentre eles, pode-se destacar: Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo⁴ e Construção do Inventário: a escola vivenciando seu território⁵.

O Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas Escolas do Campo é um documento que contextualiza o inventário e sua importância para a construção da identidade da escola do campo e propõe/sugere algumas atividades, como inventariar a realidade do entorno da escola e a construção de um roteiro-guia para fazer o inventário. O roteiro também traz a sugestão de dividir a pesquisa em duas etapas:

- I. *Primeira fase*: levantamento de informações;
- II. *Segunda fase*: proposta de aprofundamento das informações adquiridas nas pesquisas de campo.

O Roteiro para a Construção do Inventário, elaborado pela Gerência de Educação do Campo/SUBEB e a EAPE, traz, de forma resumida, algumas atividades/sugestões para nortear a construção do inventário das Escolas do Campo. São sugeridas cinco propostas:

- I. Levantamento de informações gerais sobre a comunidade;
- II. Conhecer os grupos organizativos da comunidade;
- III. Pesquisar sobre as famílias;

⁴ Guia discutido no Seminário: *Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo*. Veranópolis/RS (IEJC), 16 a 18 de junho 2016. Participaram da elaboração: Roseli Salete Caldart, Ceres Hadich, José Maria Tardin, Diana Daros, Marlene Sapelli, Luiz Carlos de Freitas, Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, Nivia Silva e Adalberto Martins. Esta é uma versão para experimentação prática nas escolas e em cursos de formação de educadores do campo, aberta à continuidade de sua construção coletiva. Concluída em julho 2016.

⁵ Gerência de Educação do Campo/SUBEB e Escola de aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE (Atual Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação).

- IV. Pesquisa sobre a alimentação;
- V. Pesquisar sobre a história da comunidade.

O "Inventário da Realidade" é uma ferramenta metodológica que pode ser utilizada nas escolas do campo para conhecer e compreender a realidade local de forma mais aprofundada. Esse guia metodológico visa promover uma abordagem participativa, valorizando os saberes e vivências da comunidade escolar e contribuindo para a construção de um projeto educativo mais contextualizado e significativo.

De acordo com as pesquisas realizadas e ao analisar esses dois importantes documentos, sugerimos a seguir alguns passos importantes para construção coletiva do Inventário:

- I. *Preparação e sensibilização*: antes de iniciar o inventário, é essencial sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância desse processo. Explicar os objetivos do inventário e como as informações coletadas serão utilizadas para melhorar a educação e fortalecer a identidade da escola.
- II. *Formação de uma equipe multidisciplinar* - criar uma equipe de trabalho que inclua educadores, estudantes, pais e membros da comunidade. Essa equipe será responsável por conduzir o inventário e garantir a participação de todos os envolvidos.
- III. *Definição de temas e categorias*: em conjunto com a equipe, deve-se definir os temas e categorias que serão abordados no inventário. Isso pode incluir aspectos sociais, culturais, históricos, ambientais, econômicos, dentre outros relevantes para a realidade local.
- IV. *Coleta de dados*: é necessário utilizar diferentes técnicas de coleta de dados, como entrevistas, questionários, observações e registros fotográficos; é importante realizar entrevistas com membros da comunidade, incluindo idosos e lideranças locais, para obter informações sobre a história, cultura e mudanças ocorridas na região.
- V. *Mapeamento da comunidade*: identificando recursos naturais, espaços de convivência, equipamentos públicos, associações e demais elementos que compõem a vida local.

- VI. *Registro audiovisual:* é fundamental o registro de depoimentos e atividades da comunidade por meio de fotografias, vídeos e áudios. Isso ajudará a preservar e valorizar a cultura local, bem como a documentar o processo do inventário.
- VII. *Análise e interpretação dos dados:* após a coleta de dados, é necessário analisar as informações de forma participativa com a equipe e a comunidade, identificar tendências, desafios e potencialidades, além de buscar compreender como esses aspectos influenciam a educação na escola do campo.
- VIII. *Elaboração de síntese e relatório:* etapa fundamental para a organização das informações coletadas por meio de um relatório que sintetize os principais resultados do inventário. Esse relatório pode incluir gráficos, mapas, fotografias e depoimentos que facilitem a compreensão da realidade local.
- IX. *Devolutiva para a comunidade:* depois das análises, é importante apresentar os resultados do inventário para a comunidade escolar e local em uma reunião ou evento participativo para que todos os envolvidos conheçam as informações coletadas e possam refletir sobre como utilizá-las na melhoria da educação e na valorização da cultura e identidade local.
- X. *Planejamento de ações:* com base nos dados do inventário, deve ser desenvolvido um plano de ação que contemple as demandas e necessidades identificadas. Nesta etapa, a comunidade também deve ser incentivada a participar ativamente na implementação das ações propostas.

Desta forma, é importante destacar que a construção do Inventário é um processo contínuo, e os resultados obtidos devem ser utilizados como subsídios para a construção de um projeto educativo que esteja alinhado com as necessidades e anseios da comunidade do campo. O envolvimento ativo dos diferentes atores é fundamental para o sucesso dessa metodologia.

4.1 Primeiros Passos da Construção do Inventário da Escola Classe Lajes da Jibóia

A Escola Classe Lajes da Jibóia está localizada no Núcleo Rural Lages⁶ da Jibóia, na região de Ceilândia, Distrito Federal. De acordo com a resolução nº 95-CD, de 21/10/1976 (DODF nº 30, de 11/02/1977) a escola começou a fazer parte da rede oficial de ensino do Distrito Federal e teve denominação alterada para Escola Classe Lajes da Jibóia. Em 23/08/1978 e publicado no DODF nº 169, de 02/09/1977, a escola foi vinculada ao Complexo Escolar “A” de Taguatinga e, no ano de 2013, começou a fazer parte da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia. Atualmente, a escola atende 183 estudantes, do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, em tempo integral de 10 horas (PROEITI).

A construção do inventário da escola se deu a partir de 2016, quando alguns professores, dentre os quais estavam a professora Gicélia Santos e o atual gestor, Marcílio Ribeiro de Jesus, participaram do curso “Abrindo Trilhas da Escola do Campo” na EAPE⁷. Através da formação, os professores começaram a perceber que a Escola Classe Lajes da Jibóia, apesar de estar localizada no campo, não podia ser reconhecida como Escola do campo, pois não levava em consideração as especificidades do local tampouco os conhecimentos populares e a vivência dos estudantes como ponto de partida para o planejamento pedagógico da unidade escolar.

Depois de perceber as necessidades urgentes e com a mudança da equipe gestora da escola, por meio da Gestão Democrática (Lei nº 4.751, de 07 de fevereiro de 2012), no ano seguinte, em parceria com a EAPE, a Escola Classe Lajes da Jibóia realizou curso de formação continuada na própria escola. O curso “*Escola do Campo: construção do Inventário na EC Lajes da Jibóia*”, tinha como objetivo formar os profissionais e iniciar o processo de construção do inventário da instituição. O primeiro passo foi o mapeamento escolar. Os estudantes foram divididos em grupos para que pudessem observar os espaços físicos da escola e seus arredores. Em seguida, as crianças tiveram a oportunidade de planejar e decidir sobre as mudanças que achavam necessárias na escola. Essas informações foram organizadas e transformadas no mapa da escola, que teve como tema: “A escola que queremos”.

⁶ Escrita oficial da região em que a escola está localizada.

⁷ Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação (à época).

Após o planejamento, a equipe gestora, juntamente com os demais profissionais da escola, estudantes e familiares deram início à transformação dos espaços sugeridos. Iniciaram a construção da horta, dos jardins, com a utilização de materiais reciclados e foram realizadas palestras sobre o uso de agrotóxicos, com a participação de toda comunidade escolar. Os conteúdos passaram a ser planejados levando em consideração a realidade local e os temas necessários para se conhecer melhor a comunidade.

Seguindo as trilhas de construção do inventário, em 2018, a escola continuou oferecendo formação continuada aos profissionais da educação, já que a escola tinha bastante rotatividade de professores. Desta vez, o curso EC Lajes da Jibóia: Ampliando Saberes para a Construção da Escola do Campo, foi ministrado pela coordenadora local, Gicélia Oliveira Santos e todo planejamento pedagógico foi realizado de forma integrada.

Com o objetivo de dar continuidade às transformações iniciadas no ano anterior e conhecer melhor a história da escola e da comunidade, foram realizadas pesquisas e entrevistas com os profissionais da escola e pais/responsáveis pelos estudantes sobre a água, alimentação saudável, produção de lixo e Cerrado (Bioma local). Para entender/conhecer melhor e aprofundar os estudos sobre os temas abordados, foram realizadas saídas de campo ao Aterro Sanitário de Brasília, à Usina de Lixo do P-Sul, plantações, vegetação/rio próximos à escola e moradores antigos (vizinhos da escola) que conheciam a história da instituição.

Diante de sua importância, a construção do inventário faz parte da prática pedagógica e está inserida no PPP da instituição. A escola trabalha com temas geradores, que são planejados de acordo com as necessidades da escola, dos estudantes e da comunidade. À vista disso, a unidade de ensino continua seu processo de ratificação da identidade enquanto escola do campo, levando em conta que o inventário é um processo cumulativo, que deve ser feito passo a passo e de forma contínua.

4.2 Construção do Inventário da Escola Classe Córrego das Corujas

A Escola Classe Córrego das Corujas de Ceilândia foi fundada em 08 de março de 1979 e regulamentada pela Portaria n^o 003 de 12/01/04 da SEEDF. Está

localizada no Núcleo Rural Machado Margem, na BR 070 – Setor de chácaras Córrego das Corujas, em meio ao cerrado e próxima ao Sol Nascente, Região Administrativa do Distrito Federal. Segundo relatos de moradores antigos, o terreno da escola é oriundo da doação de um antigo morador do loteamento, o senhor José Manoel Liberal que, em 1968, começou a luta por uma escola na região para que seus filhos e os filhos de outros chacareiros pudessem estudar perto de casa. A escola atende, atualmente, 93 estudantes em período integral de 10 horas (PROEITI).

No que se refere ao Inventário, a Escola Classe Córrego das Corujas optou por outro formato de construção, que também pode servir como inspiração. Para conhecer melhor a história da escola, a equipe gestora optou por realizar entrevistas com antigos moradores da região, tendo a ex-aluna, sobrinha do doador do terreno e ex-diretora da escola, como principal narradora.

A construção do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental da Escola Classe Córrego das Corujas teve início no ano de 2022, em forma de portfólio, com o objetivo de resgatar a história da unidade de ensino e mostrar como a escola foi construída com a participação da comunidade escolar.

Ao analisar o Inventário da Instituição, foi possível perceber uma linha do tempo no que se refere à história, aos projetos pedagógicos, desde sua fundação, e a importância da escola para a comunidade local, tendo em vista que esta é a única forma concreta de políticas públicas da comunidade. Ainda de acordo com o documento, foi possível perceber que por muito tempo a instituição foi construindo sua identidade campesina, chegando a ser considerada uma referência. Todavia, ao longo dos anos, essa identidade foi se perdendo.

Ao analisar a construção do Inventário da Escola Classe Lajes da Jibóia e da Escola Classe Córrego das Corujas, ambas pertencentes à Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia, Distrito Federal, foi possível perceber que na primeira escola citada (Escola Classe Lajes da Jibóia), a construção aconteceu de forma coletiva e gradativa, tendo os estudantes, profissionais da educação, moradores próximos à escola, pais e responsáveis como sujeitos de transformação. Neste caso, a escola construiu seu Inventário, etapa por etapa, ano a ano, seguindo as orientações do Inventário da Realidade: guia metodológico e do Roteiro do Inventário, documentos orientadores da Secretaria de Educação do Distrito Federal. No caso da Escola Classe Córrego das Corujas, essa construção se deu em forma de pesquisa, por meio de entrevistas, dando maior ênfase à história da unidade de ensino, desde a sua fundação

até os dias atuais.

Diante disso, a construção coletiva do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental das Escolas do Campo é uma abordagem preciosa para valorizar a identidade local, contextualizar a educação e promover ações mais sustentáveis e inclusivas. Ao reconhecer e incorporar os saberes da comunidade, a escola do campo se torna um espaço de aprendizado mais significativo e comprometido com as realidades e necessidades de seus estudantes e entorno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação do Campo é uma modalidade de ensino, que tem como sujeitos principais, as famílias e comunidades camponesas, agricultores familiares, sem-terra, ribeirinhos, quilombolas, pescadores, atingidos por barragens e muitos educadores e estudantes das escolas públicas e comunitárias do campo; pessoas que, muitas vezes, vivem em busca de alternativas para superar as situações de miséria, desigualdades econômicas, sociais e educacionais das quais são obrigados a enfrentar.

O Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental é um valioso instrumento de construção da identidade das Escolas do Campo que deve estar entrelaçado ao Projeto Político-Pedagógico. Documentos estes que devem ser realizados a partir da realidade e das necessidades da instituição de ensino e de sua comunidade local.

Diante da pesquisa, foi possível perceber que não existe um formato único de elaboração e construção do inventário tampouco uma forma certa ou errada. Cada instituição de ensino deve partir de suas necessidades e especificidades. Entretanto, é fundamental que o PPP e o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental se misturem e estejam um entrelaçado ao outro.

Finalmente, esta pesquisa apontou que a realização de um estudo que incentive as Escolas do Campo a construir o Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental é uma estratégia valiosa para promover uma educação mais significativa e contextualizada nas áreas rurais. Esse processo colaborativo contribui para o fortalecimento da identidade das escolas e comunidades do campo, tornando a educação um instrumento de valorização da cultura local e de desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). **Educação do Campo: Marcos Normativos**. 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete et al. **Inventário da Realidade: guia metodológico para uso nas escolas do campo**. Guia discutido no Seminário: Educação em Agroecologia nas Escolas do Campo. Veranópolis/RS: IEJC, 2016.

DISTRITO FEDERAL Coordenação de Políticas Educacionais para Etapas, Modalidades e Temáticas Especiais de Ensino. **Inventário: Proposta Didática para Construção do Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo**. Brasília: SEEDF, 2016.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Censo Escolar DF**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://dadoseducacionais.se.df.gov.br/>. Acesso 12. abril.2023.

_____. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Portarian.º 419, de 20 de dezembro de 2018**. Institui a Política de Educação Básica do Campo, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Presidência da República e Casa Civil, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21.mar.2023.

_____. **Conferência Nacional: “Por uma Educação Básica do Campo”**, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>. Acesso em: 21.mar.2023.

_____. **Educação do Campo**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2023. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/educacao-no-campo/>. Acesso em: 23.mar.2023.

_____. **Plano Distrital de Educação**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2015. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pde-2/>. Acesso em: 23.mar.2023.

_____. **Diretrizes pedagógicas da Educação Básica do Campo para a rede pública de ensino do Distrito Federal**. Distrito Federal, 2019.

DISTRITO FEDERAL. **Portaria Nº 419, de 20 de dezembro de 2018.** Sistema Integrado de Normas Jurídicas do DF, 2018. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/22f15cb7822041529f2ab74109468f12/Portaria_419_20_12_2018.html. Acesso em: 24.mar.2023.

_____. **Projeto Político-Pedagógico CEF Boa Esperança, 2022.** Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>. Acesso em: 01.mai.2023.

_____. **Projeto Político-Pedagógico Centro Educacional Incra 09, 2022.** Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>. Acesso em: 01.mai.2023.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Córregodas Corujas, 2022.** Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>. Acesso em: 01.mai.2023.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Jibóia, 2022.** Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>. Acesso em: 01.mai.2023.

_____. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Classe Lajes da Jibóia, 2022.** Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/pedagogico-projetos-pedagogicos-das-escolas/>. Acesso em: 01.mai.2023.

Educação do Campo: Diferenças Mudando Paradigmas. Disponível em: <http://escoladocampodf.blogspot.com/>. Acesso em: 26.fev.2023.

ESCOLA CLASSE CÓRREGO DAS CORUJAS. **Portfólio de Inventário Social, Histórico e Cultural das Escolas do Campo.** Ceilândia, DF, 2022.

ESCOLA CLASSE LAJES DA JIBÓIA DE CEILÂNDIA. **Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental.** Ceilândia, DF, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CERIOLI, Paulo Ricardo. CALDART, Roseli Salete. **Primeira Conferência Nacional “por uma educação do Campo”.** In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). *Por uma Educação do Campo.* Petrópolis: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Deborah Moema Campos. **A Experiência de Implantação da Educação do Campo na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal – 2012 a 2017.** 2018. *Abrindo Trilhas para a Educação do Campo, Cadernos Revista Com Censo*, v. 5, n. 4, p. 176–183.

SANTOS, Gicélia Oliveira. **Escola Classe Lajes da Jibóia e sua experiência na formação continuada com o curso “Ampliando Saberes para a Construção da Escola do Campo”.** 2018. *Abrindo Trilhas para a Educação do Campo, Cadernos Revista Com Censo*, v. 5, n. 4, pp. 205 - 211.

SÃO PAULO. **Plano Político Pedagógico**. Etec Itaquera, 1994. Disponível em: <https://www.etecitaquera.com.br/plano-politico-pedagogico/#:~:text=Moacir%20Gadotti%20>. Acesso em: 12.abril.2023.

SEIXAS, A. C. P. S. **O Inventário como ponto de partida à construção da Escola do Campo do Distrito Federal**. 2018. Abrindo Trilhas para a Educação do Campo, Cadernos Revista Com Censo, v. 5, n. 4, p. 151-159.

SOUZA, Sérgio de Oliveira. **O Inventário Social, Histórico e Cultural e o Projeto Político Pedagógico: instrumentos basilares para a organização do trabalho pedagógico e a construção da identidade das Escolas do Campo**. 2018. Abrindo Trilhas para a Educação do Campo, Cadernos Revista Com Censo, v. 5, n. 4, p. 151-159.